

ESP-COORD.SUPR.ATIVIDADES COMPLEMENTARES


Edital 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	400102-ESP-COORD.SUPR.ATIVIDADES COMPLEMENTARES	SAMILY SOUZA VOLFA	18/06/2026 15:35 (v 0.18)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	64/2026	023.00014048/2026-93



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
90011/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(400102)

**OBJETO**  
Contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável situados nos prédios da Sede e da Procuradoria de Processos Disciplinares, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.


**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tronado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido em observância ao disposto no Decreto Estadual n.º 67.888, de 17 de agosto de 2023.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 03/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## 1. DO OBJETO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026  
(Processo Administrativo nº023.00014048/2026-93)

Torna-se público que a Procuradoria Geral do Estado de São, por meio da .Coordenadoria de Suprimentos e Atividades Complementares, sediado(a) Rua Pamplona, 227, Jardim Paulista, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável situados nos prédios da Sede e da Procuradoria de Processos Disciplinares, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
  - 3.5.1. Para o grupo único a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
  - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
  - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos

vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.1.1. Valor unitário e total do item
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
  - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
  - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$32,00 (trinta e dois reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando

houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema SEI, a ser solicitado por e-mail, através do e-mail [pglicitacoes@sp.gov.br](mailto:pglicitacoes@sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
- (1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): através do e-mail [pglicitacoes@sp.gov.br](mailto:pglicitacoes@sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração

do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no sítio eletrônico: <https://www.portal.pge.sp.gov.br/site-pge/>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões).

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FERNANDA ALVES GOMES**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 15:35:02.

## ESP-COORD.SUPR.ATIVIDADES COMPLEMENTARES

## Termo de Referência 29/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	400102-ESP-COORD.SUPR.ATIVIDADES COMPLEMENTARES	SAMILY SOUZA VOLFA	03/06/2026 10:45 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		023.00014048/2026-93

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável situados nos prédios da Sede e da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MANUTENÇÕES EM 30 (TRINTA) MESES
1	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável - Capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06
2	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável - Capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06
	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água			

<b>3</b>	Potável - Capacidade de 40.000 (quarenta mil litros) cada - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06
<b>4</b>	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água Potável - Capacidade de 14.000 (catorze) mil litros) cada - Procuradoria de Procedimentos Disciplinares	13595	Unidade	06

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que a adequada execução do serviço depende também da utilização de equipamentos específicos, insumos técnicos, produtos químicos devidamente registrados, logística operacional, responsabilidade técnica e emissão de documentação técnica, elementos que compõem parcela relevante da estrutura de custos da atividade, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos seguintes excertos do Estudo Técnico Preliminar:

2.1.1. A necessidade da contratação decorre das condições atuais dos reservatórios de água potável instalados nas dependências das unidades administrativas, cuja manutenção inadequada representa risco sanitário, potencial ameaça à saúde dos usuários e possível comprometimento do regular funcionamento das atividades institucionais.

2.1.2. A manutenção das condições adequadas de armazenamento da água possui caráter essencialmente preventivo, exigindo intervenções técnicas periódicas para evitar a deterioração progressiva da qualidade da água e a ocorrência de situações de risco.

2.1.3. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de adoção de solução técnica adequada para a manutenção das condições sanitárias dos reservatórios de água potável, de forma a assegurar a qualidade da água distribuída, a segurança dos usuários e o regular funcionamento das unidades da Procuradoria Geral do Estado.

2.1.4. A solução abrangerá 06 (seis) reservatórios de água potável, distribuídos entre a Sede da Procuradoria Geral do Estado e a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, contemplando 06 (seis) ciclos de execução por reservatório durante a vigência contratual estimada de 30 (trinta) meses, totalizando 36 (trinta e seis) execuções de serviços.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 71584833000195-0-000008/2026

II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2025;

III) Id do item no PCA: 37;

IV) Classe/Grupo: 853;

V) Identificador da Futura Contratação: 400102-64/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A execução dos serviços deverá observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes constantes da Cartilha de Contratações Sustentáveis da Procuradoria Geral do Estado.

4.1.2. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo a destinação ambientalmente adequada de resíduos e efluentes gerados, o uso racional de recursos naturais e o correto manuseio de produtos químicos.

### Requisitos Técnicos e Sanitários

4.2. A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos e regulatórios:

4.2.1. Possuir Licença Sanitária válida para a execução da atividade objeto da contratação;

4.2.2. Utilizar exclusivamente produtos saneantes devidamente registrados na ANVISA, observadas as instruções técnicas de uso;

4.2.3. Apresentar Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) atualizadas dos produtos utilizados;

4.2.4. Dispor de responsável técnico legalmente habilitado, quando exigido pela legislação aplicável;

4.2.5. Cumprir integralmente a Portaria GM/MS nº 888/2021, ou norma superveniente, bem como demais normas sanitárias federais, estaduais e municipais;

4.2.6. Observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, com utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

### Materiais, Equipamentos e Insumos

4.3. Caberá exclusivamente à contratada o fornecimento de toda a mão de obra especializada, bem como de equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à Administração.

4.4. Os equipamentos e materiais utilizados deverão estar em adequado estado de conservação, atender às normas técnicas aplicáveis e ser compatíveis com a natureza dos serviços a serem executados.

### Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. Os serviços serão executados de forma periódica, técnica e programada, observando-se as especificações deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e da legislação sanitária aplicável.

5.2. A execução deverá atender integralmente à Portaria GM/MS nº 888/2021, ou norma superveniente, bem como às demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

5.3.1. Sede da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – Rua Pamplona, nº 227 – Jardim Paulista – São Paulo/SP;

5.3.2. Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – Rua Maria Paula, nº 172 – Centro – São Paulo/SP.

5.4. Os serviços deverão ser realizados fora do horário regular de expediente ou em finais de semana, de modo a minimizar impactos às atividades institucionais.

### Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução dos serviços compreenderá em cada ciclo, no mínimo, as seguintes etapas:

5.5.1. Esvaziamento técnico controlado do reservatório;

5.5.2. Remoção manual e/ou mecânica de sedimentos, incrustações, biofilmes e resíduos;

5.5.3. Lavagem e escovação das superfícies internas;

5.5.4. Desinfecção química com produtos saneantes registrados na ANVISA;

5.5.5. Enxágue técnico;

5.5.6. Reabastecimento do reservatório;

5.5.7. Inspeção visual das condições internas;

5.5.8. Emissão de relatório técnico e certificado de execução.

5.6. Os serviços deverão ser executados com periodicidade semestral, contada a partir da data da última intervenção realizada em cada reservatório.

5.7. Considerando a vigência contratual de 30 (trinta) meses, serão realizados 06 (seis) ciclos de execução por reservatório.

5.8. As execuções deverão ser previamente agendadas com a Administração, conforme cronograma definido pelo gestor e fiscal do contrato.

5.9. Constatada execução inadequada ou descumprimento das especificações, a contratada será notificada para reexecutar os serviços, sem ônus adicional para a Administração.

5.10. A reexecução integra o risco ordinário da contratação e não enseja reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.

5.11. A contratada responderá por danos causados aos reservatórios, às instalações prediais ou aos sistemas hidráulicos decorrentes de execução inadequada.

5.12. Eventuais reparos deverão ser realizados às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.13. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.13.1. Na Sede da Procuradoria Geral do Estado estão instalados 04 (quatro) reservatórios com as seguintes capacidades:

5.13.1.1. 01 (um) reservatório com capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros);

5.13.1.2. 01 (um) reservatório com capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros);

5.13.1.3. 02 (dois) reservatórios com capacidade de 40.000 (quarenta mil litros cada).

5.13.2. Na Sede da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares estão instalados 02 (dois) reservatórios com as seguintes capacidades:

5.13.2.1. 02 (dois) reservatórios com capacidade de 14.000 (catorze mil litros cada).

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220,

de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. A medição dos serviços será realizada por reservatório efetivamente atendido em cada ciclo de execução, observando-se o regime de empreitada por preço unitário.

7.1.2. Considera-se concluído o serviço somente após a execução integral de todas as etapas técnicas previstas no Item 5 – Modelo de Execução do Objeto, para o reservatório correspondente.

7.1.3. Cada medição corresponderá a um ciclo completo de limpeza e desinfecção, não sendo admitida medição parcial de etapas isoladas.

7.1.4. A medição ficará condicionada à verificação e ao aceite da fiscalização, que atestará a conformidade técnica da execução e da documentação apresentada.

7.1.5. Para fins de medição, a contratada deverá apresentar, após cada ciclo de execução, no mínimo:

7.1.5.1. Relatório técnico detalhado, contendo a identificação do reservatório atendido, data da execução, procedimentos adotados e produtos utilizados;

7.1.5.2. Certificado de execução assinado pelo responsável técnico, quando aplicável;

7.1.5.3. Outras informações ou registros eventualmente solicitados pela fiscalização, desde que relacionados à comprovação da execução do objeto.

7.1.6. A ausência ou inadequação da documentação técnica impedirá o aceite da medição até sua regularização.

7.1.7. Constatada pela fiscalização qualquer desconformidade técnica, falha na execução, descumprimento das especificações ou inadequação dos procedimentos adotados, a medição correspondente não será aceita, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

7.1.7.1. Nesses casos, a contratada deverá proceder à reexecução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração, nos termos do Item 5 deste Termo de Referência.

### **Do recebimento**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no item 5.7 deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos documentos técnicos exigíveis no item 7.1.5.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada

pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, sendo a unidade de medição correspondente a cada reservatório atendido por ciclo de execução, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, expedido por órgão de vigilância sanitária competente, nos termos da legislação sanitária vigente.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

## **Qualificação Técnica**

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Registro ou inscrição do licitante em entidade profissional competente, quando exigido pela legislação aplicável à atividade básica da empresa ou aos serviços efetivamente executados no âmbito desta contratação, em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Execução de serviços de limpeza, higienização ou desinfecção de reservatórios, em pelo menos 03 (três) caixas d'água ou sistemas de armazenamento de água com capacidade acima de 14.000 (catorze mil) litros;

8.26.1.2. Utilização de procedimentos técnicos compatíveis com normas sanitárias aplicáveis, incluindo o uso de produtos saneantes regularizados;

8.26.1.3. Execução dos serviços em edificações de uso coletivo, institucional, administrativo, comercial ou similar;

8.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

## **Outras comprovações**

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28.5. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 03.092.4001.5843.0000;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: 000.000.0100;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, data da assinatura digital.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SAMILY SOUZA VOLFA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:45:45.

**TERESA DOS SANTOS REIMBERG**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:41:23.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_400102\_000023\_2026\_publico\_\_10\_(1).pdf (134.46 KB)

## ESP-COORD.SUPR.ATIVIDADES COMPLEMENTARES

**Estudo Técnico Preliminar 23/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 023.00014048/2026-93

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar a solução mais adequada para a manutenção das condições sanitárias dos reservatórios de água potável, compreendendo serviços de limpeza, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, insumos e responsabilidade técnica, destinados às unidades da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, abrangendo a Sede e a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares.

2.2. A necessidade da contratação decorre das condições atuais dos reservatórios de água potável instalados nas dependências das unidades administrativas, cuja manutenção inadequada representa risco sanitário, potencial ameaça à saúde dos usuários e possível comprometimento do regular funcionamento das atividades institucionais.

2.3. Na Sede da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Pamplona, nº 227, município de São Paulo, encontram-se instalados reservatórios destinados ao armazenamento e à distribuição de água para consumo humano e uso cotidiano nas atividades administrativas, incluindo ingestão direta, preparo de alimentos, higiene pessoal e limpeza de ambientes.

2.4. Na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, localizada na Rua Maria Paula, nº 172, Centro, São Paulo/SP, igualmente existem reservatórios de água potável que integram o sistema predial de abastecimento, sendo essenciais para o funcionamento contínuo da unidade.

2.5. A ausência de limpeza e desinfecção periódica desses reservatórios favorece o acúmulo de sedimentos, incrustações, formação de biofilmes e proliferação de microrganismos, podendo comprometer a qualidade da água armazenada e distribuída.

2.6. A degradação das condições sanitárias dos reservatórios pode ocasionar contaminação microbiológica da água, alteração de suas características físicas, químicas e biológicas, bem como riscos à saúde dos usuários das instalações e às condições de higiene do ambiente de trabalho.

2.7. Além dos riscos sanitários, a inadequada manutenção dos reservatórios pode resultar em autuações por órgãos de vigilância sanitária, necessidade de interdição parcial das unidades administrativas, danos ao patrimônio público e eventual responsabilização da Administração por prejuízos decorrentes da prestação inadequada de serviços públicos.

2.8. A manutenção das condições adequadas de armazenamento da água possui caráter essencialmente preventivo, exigindo intervenções técnicas periódicas para evitar a deterioração progressiva da qualidade da água e a ocorrência de situações de risco.

2.9. Em edificações administrativas de uso contínuo e grande circulação de pessoas, como as unidades da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, o consumo diário de água e a utilização permanente das instalações hidráulicas contribuem para o desgaste natural dos reservatórios e para a necessidade de monitoramento e higienização regulares.

2.10. Nessas condições, a ausência de manutenção técnica periódica favorece a rápida deterioração das condições sanitárias dos reservatórios, com potencial risco à saúde dos usuários e prejuízos ao funcionamento institucional, impactando, ainda que de forma indireta, a adequada prestação dos serviços públicos pela Procuradoria Geral do Estado.

2.11. Ademais, a qualidade da água destinada ao consumo humano deve atender aos padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água e seu padrão sanitário em âmbito nacional. No Estado de São Paulo, aplica-se ainda a Resolução SS nº 65/2005, alterada pela Resolução SS nº 65/2016, que estabelece procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, constituindo referenciais normativos obrigatórios para a manutenção da qualidade da água e para a adequada gestão sanitária dos reservatórios.

2.12. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de adoção de solução técnica adequada para a manutenção das condições sanitárias dos reservatórios de água potável, de forma a assegurar a qualidade da água distribuída, a segurança dos usuários e o regular funcionamento das unidades da Procuradoria Geral do Estado.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Zeladoria e Manutenção	Sabrina Mara dos Reis Silveira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A solução a ser adotada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais, sanitários, ambientais e de segurança necessários e suficientes para assegurar a adequada manutenção das condições de higiene e potabilidade da água armazenada nos reservatórios das unidades da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, preservando a saúde dos usuários, a integridade do patrimônio público e a continuidade das atividades institucionais.

#### 4.2. Requisitos legais e sanitários

4.2.1. A execução das atividades deverá observar integralmente a legislação sanitária vigente aplicável à qualidade da água destinada ao consumo humano e à higienização de reservatórios, em especial:

- a Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, do Ministério da Saúde, ou norma superveniente;
- a Resolução SS nº 65/2005, alterada pela Resolução SS nº 65/2016, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ou norma superveniente;
- o Código Sanitário do Estado de São Paulo;
- demais regulamentos federais, estaduais e municipais pertinentes.

4.2.2. As atividades deverão ser realizadas sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, com registro no respectivo conselho profissional competente, quando exigido pela natureza da atividade, nos termos da Lei nº 6.839/1980, bem como em observância às normas sanitárias aplicáveis, em especial a Portaria GM/MS nº 888/2021 e, no âmbito do Estado de São Paulo, a Resolução SS-65/2016, sem prejuízo de outras normas específicas incidentes sobre o objeto.

#### 4.3. Requisitos técnicos

4.3.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as boas práticas técnicas de limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água potável, considerando as características construtivas, capacidade volumétrica e condições operacionais de cada unidade atendida.

4.3.2. Os procedimentos adotados deverão ser suficientes para:

- I — remoção de sedimentos, incrustações, resíduos e materiais estranhos;
- II — eliminação de biofilmes e microrganismos potencialmente patogênicos;
- III — restauração das condições sanitárias adequadas das superfícies internas;
- IV — preservação da integridade estrutural dos reservatórios;
- V — prevenção de contaminações subsequentes;

VI — planejamento operacional prévio, incluindo o fechamento antecipado dos registros de alimentação, quando necessário, a fim de evitar desperdício de água potável e assegurar condições seguras de execução;

VII — inspeção estrutural e das condições de vedação dos reservatórios, com foco na identificação de rachaduras, infiltrações e integridade das tampas;

VIII — registro fotográfico das condições observadas antes, durante e após a execução dos serviços.

4.3.3. Os produtos utilizados deverão:

I — possuir registro ou notificação válida na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

II — ser apropriados para superfícies em contato com água destinada ao consumo humano;

III — apresentar ficha de informações de segurança de produtos químicos — FISPQ — atualizada;

IV — possuir eficácia comprovada para desinfecção de reservatórios de água potável.

#### **4.4. Requisitos de segurança**

4.4.1. A execução deverá observar as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis às atividades em reservatórios e espaços confinados, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo:

- NR-01 — Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- NR-06 — Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- NR-07 — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- NR-17 — Ergonomia;
- NR-33 — Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
- NR-35 — Trabalho em Altura.

4.4.2. A observância das normas acima não exclui a aplicação de outras Normas Regulamentadoras, legislações ou diretrizes técnicas pertinentes à atividade, que deverão ser integralmente atendidas quando aplicáveis.

4.4.3. Deverão ser adotadas medidas que assegurem a segurança dos trabalhadores, dos usuários das instalações e de terceiros, incluindo o isolamento adequado das áreas durante a execução e o controle de acesso aos locais de intervenção.

#### **4.5. Requisitos de qualificação técnica e regulatória**

4.5.1. O executor dos serviços deverá:

I — possuir licença sanitária válida para a atividade, quando exigido pela legislação aplicável;

II — comprovar regularidade junto ao órgão ambiental competente, quando aplicável;

III — possuir responsável técnico habilitado e regularmente registrado em conselho profissional competente, quando exigido pela legislação aplicável;

IV — utilizar exclusivamente produtos saneantes devidamente registrados na ANVISA;

V — apresentar FISPQ atualizada dos produtos utilizados;

VI — cumprir integralmente a legislação sanitária federal, estadual e municipal aplicável.

4.5.2. A exigência de registro em conselho profissional observará o disposto na Lei Federal nº 6.839 de 1.980, sendo aplicável quando a atividade básica do executor ou os serviços efetivamente executados estiverem sujeitos à fiscalização do respectivo conselho profissional.

#### **4.6. Requisitos de documentação e rastreabilidade**

4.6.1. Deverá ser fornecida documentação técnica que comprove a realização das atividades e permita a rastreabilidade das intervenções realizadas, incluindo, quando aplicável:

- identificação do reservatório atendido;
- data da execução;
- produtos utilizados;
- procedimentos adotados;
- responsável técnico;
- condições estruturais observadas;
- registro fotográfico das condições do reservatório;
- recomendações técnicas para manutenção das condições sanitárias.

4.6.2. A documentação deverá permanecer disponível para fiscalização pela Administração e por órgãos de controle ou vigilância sanitária, quando solicitado.

#### **4.7. Requisitos de Sustentabilidade**

4.7.1. A execução contratual deverá observar as diretrizes da Cartilha de Contratações Sustentáveis da Procuradoria Geral do Estado e o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.7.2. A contratada deverá adotar práticas de gestão ambiental compatíveis com a natureza do serviço, incluindo:

- I – Planejamento prévio das execuções, de modo a otimizar deslocamentos e reduzir consumo energético e emissões indiretas;
- II – Utilização de equipamentos em adequado estado de conservação, visando eficiência operacional e redução de desperdícios;
- III – Capacitação contínua da equipe quanto a boas práticas ambientais, segurança no manuseio de insumos e prevenção de riscos;
- IV – Observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis à atividade, mantendo documentação comprobatória disponível para fiscalização;
- V – Adoção de procedimentos internos de controle que assegurem rastreabilidade das atividades executadas.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5.1 Fundamentação**

5.1.1. O presente levantamento de mercado é elaborado em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares, consistindo na análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada.

5.1.2. O levantamento tem por finalidade identificar soluções existentes no mercado, avaliar práticas adotadas por outros órgãos e entidades públicas e analisar, sob os aspectos técnico e econômico, as alternativas possíveis para atendimento da demanda, de modo a fundamentar a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

5.1.3. Para tanto, foram consideradas as práticas correntes adotadas na Administração Pública e no setor privado para a higienização e desinfecção periódica de reservatórios de água potável, bem como as exigências sanitárias aplicáveis à manutenção da qualidade da água destinada ao consumo humano.

### **5.2. Alternativas Identificadas**

5.2.1. Considerando a necessidade institucional identificada e as soluções disponíveis no mercado, foram analisadas as seguintes alternativas:

I – Execução direta do serviço pela Administração;

II – Contratação eventual sob demanda;

III – Aquisição isolada de insumos para execução interna;

IV – Contratação de empresa especializada para execução periódica dos serviços.

### **5.3. Análise Técnica e Econômica das Alternativas**

#### **5.3.1 Execução Direta pela Administração**

##### Aspecto técnico

A execução direta pela Administração demandaria a estruturação de capacidade operacional própria para realização dos serviços, incluindo:

- aquisição de equipamentos específicos;
- treinamento técnico contínuo de servidores;
- gestão e armazenamento adequado de produtos químicos;
- obtenção de licenciamento sanitário para execução da atividade;
- designação de responsável técnico habilitado.

Além disso, a execução envolveria atividades técnicas especializadas relacionadas à higienização de reservatórios e ao manejo de produtos saneantes, o que ampliaria a complexidade operacional e administrativa.

##### Aspecto econômico

Sob o ponto de vista econômico, a execução direta implicaria a criação de custos estruturais permanentes, relacionados à aquisição de equipamentos, capacitação de pessoal e aquisição de insumos, os quais seriam utilizados de forma esporádica em razão da periodicidade semestral dos serviços.

##### Conclusão

Dessa forma, embora tecnicamente possível, a execução direta revela-se economicamente desvantajosa e operacionalmente ineficiente, além de ampliar os riscos administrativos e sanitários associados à execução da atividade.

### **5.3.2 Contratação Eventual sob Demanda**

#### **Aspecto técnico**

A contratação eventual, realizada apenas quando identificada necessidade pontual, comprometeria a regularidade preventiva exigida pelas normas sanitárias aplicáveis à manutenção da qualidade da água destinada ao consumo humano.

A ausência de periodicidade definida poderia gerar risco de descumprimento de boas práticas sanitárias e dificultar o planejamento da manutenção preventiva.

#### **Aspecto econômico**

Além disso, a contratação eventual tende a resultar em preços unitários superiores, em razão da ausência de previsibilidade contratual e da menor escala de execução dos serviços.

#### **Conclusão**

Assim, essa alternativa mostra-se menos eficiente sob os aspectos sanitário, operacional e econômico.

### **5.3.3 Aquisição Isolada de Insumos para Execução Interna**

#### **Aspecto técnico**

A simples aquisição de insumos não elimina a necessidade de mão de obra qualificada, equipamentos adequados e supervisão técnica para execução dos procedimentos de higienização e desinfecção dos reservatórios.

A execução interna da atividade também implicaria a necessidade de capacitação técnica de servidores e de adoção de medidas adicionais de controle sanitário.

#### **Aspecto econômico**

Do ponto de vista econômico, a alternativa poderia gerar desperdício de insumos, aumento de custos operacionais e maior exposição da Administração a riscos relacionados à execução inadequada dos procedimentos.

#### **Conclusão**

Dessa forma, a alternativa revela-se operacionalmente complexa e pouco eficiente, não se mostrando adequada para atendimento da necessidade administrativa.

### **5.3.4 Contratação de Empresa Especializada**

#### **Aspecto técnico**

A execução indireta por empresa especializada constitui solução amplamente disponível no mercado para execução dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável.

Esse modelo permite que os serviços sejam executados por profissionais capacitados, com utilização de equipamentos adequados, produtos saneantes devidamente registrados e acompanhamento de responsável técnico habilitado, garantindo conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

Além disso, a execução por empresa especializada possibilita maior padronização dos procedimentos, adequada emissão de relatórios técnicos e certificação das intervenções realizadas.

#### **Panorama de contratações públicas similares**

A análise de contratações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública demonstra que a execução indireta por empresa especializada constitui prática consolidada para atendimento dessa demanda, sendo adotada de forma predominante em âmbito federal, estadual e municipal.

Como exemplos de contratações similares, destacam-se:

— Universidade Federal do Espírito Santo — Pregão Eletrônico nº 90003/2024 — serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água para restaurantes universitários;

— Prefeitura Municipal de Piedade/SP — Pregão Eletrônico nº 037/2024 — limpeza e desinfecção de reservatórios das unidades municipais;

— Prefeitura Municipal de Contagem/MG — Pregão Eletrônico nº 67/2025 — higienização de caixas d'água da rede municipal de saúde;

— Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC — Pregão nº 75/2023 — limpeza de reservatórios de unidades escolares e administrativas.

#### Aspecto econômico

Sob o ponto de vista econômico, a contratação especializada permite a adoção de modelo de custos variáveis vinculados à efetiva execução dos serviços, eliminando a necessidade de investimentos estruturais pela Administração em equipamentos, capacitação de pessoal e aquisição de insumos.

Adicionalmente, a contratação promove maior previsibilidade orçamentária e simplificação da gestão contratual, com transferência da responsabilidade técnica pela execução dos serviços à empresa contratada.

#### Conclusão

Diante dos aspectos analisados, a contratação de empresa especializada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente eficiente e amplamente consolidada no mercado, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para atendimento da necessidade administrativa.

### 5.5 Conclusão do Levantamento de Mercado

5.5.1. Após análise técnica e econômica comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução periódica dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional.

5.5.2. A solução escolhida apresenta as seguintes vantagens:

- atendimento integral às exigências sanitárias aplicáveis;
- redução de riscos operacionais e sanitários;
- eliminação de custos estruturais permanentes para a Administração;
- maior previsibilidade orçamentária;
- simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- alinhamento às práticas adotadas por outros órgãos públicos.

5.5.3. Dessa forma, resta demonstrado que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e adequada gestão de riscos, estando devidamente justificada sob os aspectos técnico e econômico.

5.5.4. Conclui-se, portanto, pelo prosseguimento da contratação de empresa especializada para execução periódica dos serviços, nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

### 5.6 Modalidade de contratação e caracterização do serviço

5.6.1. O objeto caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por normas sanitárias aplicáveis e práticas usuais de mercado, permitindo a comparação objetiva entre as propostas.

5.6.2. Trata-se de serviço de execução periódica e programada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que sua realização ocorre por meio de intervenções pontuais em intervalos definidos, executadas por equipes móveis, sem permanência de trabalhadores nas dependências da Administração.

5.6.3. A execução dos serviços demanda a utilização de equipamentos, insumos, produtos químicos e estrutura operacional próprios do executor, inexistindo subordinação direta ou controle de jornada pelo órgão contratante.

5.6.4. A análise de contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP evidencia que serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável são predominantemente contratados por meio de pregão eletrônico, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em consonância com a prática da Administração Pública.

5.6.5. Diante das características do objeto, conclui-se que a contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, por se tratar de serviço comum, nos termos do art. 28, inciso I, do art. 29 e do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.6.6. A adoção da forma eletrônica observa a preferência legal pela utilização de meios digitais nas contratações públicas, conforme arts. 12, inciso VI, e 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, constituindo medida apta a ampliar a competitividade, a transparência e a eficiência do certame.

5.6.7. Considerando a padronização do objeto, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e a possibilidade de disputa baseada em critérios objetivos de preço e qualidade, o pregão eletrônico mostra-se plenamente compatível com a natureza do serviço e com os princípios que regem as contratações públicas.

## **6. Descrição da solução como um todo**

### **6.1. Estrutura Geral da Solução**

6.1.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa para a execução periódica dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável instalados nas dependências da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, de modo a assegurar a manutenção das condições sanitárias adequadas da água destinada ao consumo humano e às atividades institucionais.

6.1.2. A execução ocorrerá sob regime de empreitada por preço unitário, considerando-se como unidade de medição cada reservatório atendido por ciclo de execução.

6.1.3. A solução compreende, de forma integrada:

- Fornecimento de mão de obra especializada;
- Disponibilização de equipamentos, ferramentas e insumos adequados;
- Utilização de produtos saneantes devidamente registrados ou notificados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente aplicável, especialmente a Resolução da Diretoria Colegiada — RDC nº 59/2010 e demais normas pertinentes.
- Responsabilidade técnica habilitada;
- Emissão de relatórios e certificados de execução;
- Observância integral da legislação sanitária e das normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à atividade, especialmente a Portaria GM/MS nº 888/2021, o Código Sanitário do Estado de São Paulo (Lei nº 10.083/1998), a Resolução SS nº 65/2005, alterada pela Resolução SS nº 65/2016, bem como as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego pertinentes, notadamente as NR-01, NR-06, NR-33 e NR-35, sem prejuízo de outras disposições legais ou técnicas aplicáveis.

### **6.2. Abrangência Física e Quantitativos**

6.2.1. A solução abrangerá 06 (seis) reservatórios de água potável, distribuídos da seguinte forma:

#### **I – Sede da Procuradoria Geral do Estado**

**Endereço:** Rua Pamplona, nº 227, Jardim Paulista, São Paulo/SP

**Quantidade de reservatórios: 04 (quatro)**

Capacidade dos Reservatórios:

01 (um) reservatório com capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros);

01 (um) reservatório com capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros);

02 (dois) reservatórios com capacidade de 40.000 (quarenta mil litros cada).

#### **II – Procuradoria de Procedimentos Disciplinares**

**Endereço:** Rua Maria Paula, nº 172, Centro, São Paulo/SP

**Quantidade de reservatórios: 02 (dois)**

Capacidade dos Reservatórios:

02 (dois) reservatórios com capacidade de 14.000 (catorze mil litros cada).

Total geral: 06 (seis) reservatórios

### **6.3. Dimensionamento da Execução**

6.3.1. Considerando a vigência estimada de 30 (trinta) meses, a solução contempla a realização de 06 (seis) ciclos de execução por reservatório.

6.3.2. O primeiro ciclo deverá ocorrer de forma imediata após o início da execução contratual, com a finalidade de restabelecer as condições sanitárias adequadas dos reservatórios atualmente em uso.

6.3.3. Os 05 (cinco) ciclos subsequentes serão realizados com periodicidade semestral, constituindo intervenções preventivas destinadas à manutenção contínua da qualidade da água armazenada.

6.3.4. O total estimado de execuções no período contratual será:

06 reservatórios x 06 ciclos = 36 (trinta e seis) execuções de serviços.

### **6.4 Escopo Técnico Integrado da Solução**

6.4.1. Cada ciclo de execução deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas técnicas:

I — planejamento operacional prévio, incluindo o fechamento antecipado dos registros de alimentação, quando necessário, de modo a evitar desperdício de água potável e assegurar condições seguras de execução;

II — esvaziamento técnico do reservatório, quando aplicável;

III — remoção manual e mecânica de resíduos, sedimentos, incrustações e materiais estranhos;

IV — lavagem e escovação das superfícies internas;

V — desinfecção com produtos adequados para superfícies em contato com água destinada ao consumo humano, devidamente regularizados na ANVISA;

VI — enxágue e reabastecimento controlado;

VII — inspeção visual das condições estruturais internas e dos elementos de vedação, com especial atenção a rachaduras, infiltrações e integridade das tampas;

VIII — registro fotográfico das condições observadas, quando aplicável;

IX — coleta de amostras para análise de potabilidade em laboratório certificado, quando tecnicamente indicado ou solicitado pela Administração;

X — emissão de relatório técnico detalhado, certificado de execução e, quando houver coleta de amostras, dos respectivos laudos laboratoriais.

6.4.2. Os procedimentos deverão observar as normas sanitárias vigentes aplicáveis à qualidade da água para consumo humano, especialmente a Portaria GM/MS nº 888/2021 ou norma superveniente.

6.4.3. Após cada execução deverá ser emitido relatório técnico contendo, no mínimo:

I — identificação do reservatório atendido;

II — data da execução;

III — produtos utilizados;

IV — procedimentos adotados;

V — condições estruturais observadas;

VI — recomendações técnicas, quando aplicáveis.

6.4.4. Caso sejam identificadas desconformidades técnicas ou necessidade de correção de procedimentos, deverão ser adotadas as medidas necessárias para restabelecimento das condições sanitárias adequadas.

## **6.5. Forma de Execução**

6.5.1. Os serviços deverão ser previamente agendados com a Administração, de forma a compatibilizar a execução com o funcionamento regular das unidades.

6.5.2. A execução deverá ocorrer preferencialmente fora do horário regular de expediente ou em períodos de menor utilização das instalações, sempre que necessário para evitar prejuízo às atividades institucionais.

6.5.3. A realização dos serviços não poderá comprometer a continuidade das atividades administrativas, o atendimento ao público ou o funcionamento das unidades da Procuradoria Geral do Estado.

6.5.4. Os serviços deverão ser executados por equipe tecnicamente habilitada, observando integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.

6.5.5. A solução adotada permite a execução eficiente das atividades sem necessidade de instalação de estrutura permanente nas dependências da Administração.

## **6.6. Controle, Medição e Fiscalização**

6.6.1. A medição será realizada por reservatório atendido por ciclo.

6.6.1.1. Após cada execução, a contratada deverá apresentar:

- Relatório técnico detalhado;
- Identificação do reservatório;
- Produtos utilizados;
- Procedimentos realizados;
- Recomendações técnicas;
- Certificado de execução assinado pelo responsável técnico.

6.6.2. A fiscalização verificará:

- Conformidade técnica dos serviços;
- Cumprimento da periodicidade semestral;
- Adequação documental;
- Atendimento às normas sanitárias.

## **6.7. Garantia Técnica da Execução e Reexecução sem Ônus**

6.7.1. A contratada deverá assegurar a adequada execução técnica dos serviços prestados em cada ciclo, observando integralmente as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, as normas sanitárias aplicáveis e as boas práticas de higienização de reservatórios.

6.7.2. Constatada, pela fiscalização contratual, qualquer desconformidade técnica, vício de execução, falha na higienização, reaparecimento de impurezas decorrente de execução inadequada ou descumprimento das especificações técnicas, a contratada será formalmente notificada para proceder à reexecução dos serviços.

6.7.2.1. A reexecução deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

6.7.3. A reexecução ocorrerá sem qualquer ônus adicional, reajuste ou pleito de recomposição econômica, por se tratar de obrigação inerente à adequada execução contratual.

6.7.4. A obrigação de reexecução integra o risco ordinário da contratação, não configurando fato superveniente apto a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

6.7.5. Considerando a natureza comum dos serviços, a baixa complexidade operacional da execução contratual, a ausência de fornecimento de bens permanentes ou de elevado vulto econômico, bem como a existência de mecanismos de fiscalização, responsabilização e reexecução sem ônus previstos nesta contratação, conclui-se não ser necessária a exigência de garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.7.6. A eventual exigência de garantia contratual, no presente caso, poderia representar medida desproporcional frente aos riscos efetivamente envolvidos na execução do objeto, com potencial restrição à competitividade do certame, sem benefício relevante adicional à Administração.

6.8. Responsabilidade por Danos

6.8.1. A contratada responderá por eventuais danos causados aos reservatórios, ao sistema hidráulico ou às instalações prediais decorrentes de execução inadequada, negligente ou em desacordo com as especificações técnicas, devendo promover a imediata reparação às suas expensas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas seguem em quadro informativo abaixo:

Item	Endereço	CATSER	Unidade de Medida	Unidade	Especificação	Quantidade de manutenções em 30 (trinta) meses em cada reservatório
01	Sede da Procuradoria Geral do Estado - Rua Pamplona, nº 227, Jardim Paulista, São Paulo /SP	13595	Unidade	01	Capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros)	06
02	Sede da Procuradoria Geral do Estado - Rua Pamplona, nº 227, Jardim Paulista, São Paulo /SP	13595	Unidade	01	Capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros)	06
03	Sede da Procuradoria Geral do Estado - Rua Pamplona, nº 227, Jardim Paulista, São Paulo /SP	13595	Unidade	02	Capacidade de 40.000 (quarenta mil litros) cada reservatório	06
04	Procuradoria de Procedimentos Disciplinares - Rua Maria Paula, nº 172, Centro, São Paulo/SP	13595	Unidade	02	Capacidade de 14.000 (catorze mil litros) cada reservatório	06

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o caráter excepcional do sigilo do orçamento estimado, opta-se pela manutenção do sigilo temporário do valor estimado da contratação, medida que se revela adequada e proporcional para evitar a ancoragem das propostas ao teto orçamentário previamente conhecido, ampliar a competitividade do certame, estimular a apresentação de preços efetivamente compatíveis com as condições reais de mercado e reduzir o risco de alinhamento entre licitantes, preservando-se, contudo, a plena transparência perante os órgãos de controle interno e externo, aos quais o orçamento permanecerá integralmente acessível, garantindo-se, assim, a observância dos princípios da eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1. Fundamentação Legal

9.1.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.2. O dispositivo impõe à Administração o dever de analisar, de forma motivada, a viabilidade técnica e econômica do fracionamento do objeto.

### 9.2. Análise da Possibilidade de Parcelamento

9.2.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação periódica de serviços de limpeza e desinfecção de 06 (seis) reservatórios de água potável, distribuídos em duas unidades administrativas localizadas no mesmo município (São Paulo/SP).

9.2.2. Embora, em tese, fosse possível fracionar o objeto por unidade ou por reservatório, tal medida não se revela tecnicamente recomendável nem economicamente vantajosa, pelas seguintes razões:

I – Uniformidade técnica: a execução por uma única empresa garante padronização metodológica, uniformidade nos produtos utilizados, nos relatórios técnicos e nos procedimentos adotados;

II – Racionalização logística: a execução conjunta reduz custos de mobilização, deslocamento e organização de cronograma;

III – Eficiência na fiscalização: a existência de um único contrato simplifica o acompanhamento da execução e a gestão administrativa;

IV – Economia de escala: o agrupamento das execuções tende a resultar em proposta mais competitiva;

V – Responsabilidade técnica centralizada: evita dispersão de responsabilidades e facilita eventual acionamento contratual.

9.2.3. Dessa forma, o fracionamento do objeto poderia gerar aumento de custos indiretos, maior complexidade administrativa e perda de eficiência operacional.

### 9.3. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006

9.3.1. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente nos arts. 47 e 48.

9.3.2. No caso concreto, o objeto da contratação:

- Possui valor estimado compatível com a ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- Trata-se de serviço comum, usualmente executado por empresas de pequeno porte do setor de saneamento predial;
- Não apresenta complexidade técnica que restrinja o mercado.

9.3.3. Dessa forma, a contratação poderá ser estruturada com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que o valor estimado permaneça dentro do limite legal aplicável.

9.3.4. Registre-se que, mesmo sendo adotada a participação exclusiva de ME/EPP, não se justifica o parcelamento interno do objeto (por reservatório ou por unidade), pois a dimensão contratual já se mostra compatível com a capacidade operacional dessas empresas.

### 9.4. Conclusão

9.4.1. Conclui-se que:

- O objeto encontra-se adequadamente estruturado em contratação única;
- O parcelamento interno por reservatório ou unidade não traria ganho de competitividade;
- A divisão poderia comprometer a eficiência administrativa e elevar custos indiretos;
- A modelagem adotada é compatível com a participação de ME/EPP;
- A solução atende ao art. 47 da Lei nº 14.133/2021 e à Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.2. Assim, resta justificada a não subdivisão adicional do objeto, mantendo-se a contratação estruturada em lote único, composto pelos reservatórios descritos neste Estudo Técnico Preliminar, com adjudicação global a um único fornecedor.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

### **10.1. Fundamentação no Princípio do Planejamento**

10.1.1. Em observância ao princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve estruturar suas contratações de forma previamente organizada, integrada e tecnicamente fundamentada, assegurando coerência entre o objeto pretendido, a infraestrutura disponível e os resultados esperados.

10.1.2. Nesse contexto, procedeu-se à análise da eventual existência de contratações correlatas ou interdependentes à solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar, com o objetivo de verificar se a execução do objeto dependeria da celebração prévia ou concomitante de outros ajustes.

### **10.2. Análise da Existência de Contratações Correlatas**

10.2.1. Consideram-se contratações correlatas aquelas que guardam relação temática com o objeto principal, mas não condicionam sua execução.

10.2.2. No caso concreto, o objeto refere-se à prestação periódica de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável já existentes nas unidades administrativas.

10.2.3. Não foram identificadas contratações correlatas indispensáveis à execução do objeto, uma vez que:

- Os reservatórios encontram-se instalados e operacionais;
- Não há necessidade de aquisição de equipamentos complementares pela Administração;
- A contratada será responsável pelo fornecimento integral dos meios necessários à execução.

### **10.3. Análise da Existência de Contratações Interdependentes**

10.3.1. Consideram-se interdependentes as contratações cuja celebração prévia ou concomitante seja condição necessária para a viabilização do objeto principal.

10.3.2. Após análise técnica, conclui-se que:

- A execução dos serviços não depende de reforma predial;
- Não requer adaptações estruturais prévias;
- Não exige contratação de apoio técnico adicional;
- Não demanda fornecimento prévio de bens ou insumos pela Administração.

10.3.3. Eventuais recomendações técnicas decorrentes da inspeção dos reservatórios (como pequenos reparos ou ajustes estruturais) não configuram interdependência contratual, podendo ser tratadas como manutenção predial ordinária ou objeto de futura contratação autônoma, sem comprometer a execução da solução ora proposta.

### **10.4. Autossuficiência da Solução**

10.4.1. A modelagem adotada no presente Estudo Técnico Preliminar revela-se tecnicamente autônoma, operacionalmente independente e compatível com a estrutura administrativa existente.

10.4.2. A contratada será integralmente responsável pela execução dos serviços, incluindo:

- Mão de obra especializada;
- Equipamentos e ferramentas;
- Produtos saneantes;

- Responsabilidade técnica;
- Emissão de relatórios e certificados.

10.4.3. A Administração atuará exclusivamente na fiscalização e no acompanhamento contratual, não sendo necessária qualquer estrutura adicional para viabilizar a execução.

## 10.5. Conclusão

10.5.1. Em conformidade com o princípio do planejamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e com as boas práticas de governança pública, conclui-se que:

- A solução proposta é autossuficiente;
- Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes;
- A execução poderá iniciar-se imediatamente após a formalização do contrato;
- O planejamento adotado assegura coerência, racionalidade e eficiência administrativa.

10.5.2. Dessa forma, resta demonstrado que a contratação pretendida encontra-se adequadamente estruturada, sem dependência de ajustes prévios ou paralelos, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e da adequada gestão de riscos.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 71584833000195-0-000008/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2025;

III) Id do item no PCA: 37;

IV) Classe/Grupo:853;

V) Identificador da Futura Contratação:400102-64/2026.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Benefícios Sanitários e Institucionais

12.1.1. A contratação de empresa especializada para a prestação periódica de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável proporcionará a manutenção contínua das condições adequadas de armazenamento e distribuição de água nas dependências da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

12.1.2. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- I – Garantia da qualidade sanitária da água fornecida nas unidades administrativas;
- II – Redução de riscos de contaminação microbiológica;
- III – Mitigação de riscos à saúde de membros, servidores, colaboradores e visitantes;
- IV – Atendimento às exigências da legislação sanitária vigente;
- V – Prevenção de autuações por órgãos de vigilância sanitária.

### 12.2. Benefícios Operacionais

12.2.1. A modelagem contratual estruturada por ciclos semestrais, ao longo de 30 meses, proporciona:

- I – Regularidade preventiva na manutenção dos reservatórios;

- II – Padronização técnica dos procedimentos adotados;
- III – Rastreabilidade documental por meio de relatórios técnicos;
- IV – Simplificação da fiscalização contratual;
- V – Redução da necessidade de intervenções emergenciais;
- VI – Previsibilidade na execução e no cronograma de atendimento.

### **12.3. Benefícios Econômicos**

12.3.1. Sob o aspecto econômico, a solução adotada:

- I – Evita custos estruturais permanentes com equipe própria e aquisição de equipamentos;
- II – Permite pagamento vinculado à execução efetiva por ciclo;
- III – Reduz a probabilidade de gastos emergenciais decorrentes de falhas preventivas;
- IV – Garante maior previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual;
- V – Minimiza riscos de passivo sanitário e eventual responsabilização civil do Estado.

12.3.2. A contratação por empreitada unitária assegura racionalidade financeira e compatibilidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **12.4. Benefícios de Governança e Gestão de Riscos**

12.4.1. A solução adotada contribui para o fortalecimento da governança institucional ao:

- I – Estabelecer rotina preventiva formalizada;
- II – Permitir controle técnico sistemático das condições dos reservatórios;
- III – Reduzir exposição a riscos sanitários e jurídicos;
- IV – Garantir maior transparência e rastreabilidade da execução contratual;
- V – Alinhar-se ao princípio do planejamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

### **12.5. Benefício Finalístico**

12.5.1. Ao assegurar condições adequadas de salubridade nas instalações, a contratação contribui diretamente para a continuidade das atividades institucionais da Procuradoria Geral do Estado, promovendo ambiente seguro e adequado ao desempenho das funções públicas.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **13.1. Providências Prévias à Formalização da Contratação**

13.1.1. Para a adequada implementação da solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas e operacionais, em observância ao princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

- I – Elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, critérios de medição, obrigações da contratada, requisitos técnicos, sanitários e ambientais, condições de execução, prazos e critérios de fiscalização;
- II – Realização da pesquisa de preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 67.888/2023, com utilização de fontes formais, banco de preços públicos, contratações similares e/ou consulta a fornecedores do ramo, a fim de apurar o valor estimado da contratação;
- III – Análise crítica da pesquisa de preços, com desconsideração de valores manifestamente inexequíveis ou discrepantes, adotando-se metodologia que assegure a obtenção de estimativa compatível com os preços praticados no mercado;

IV – Definição da modalidade licitatória (Pregão Eletrônico) e estruturação do edital, observando-se os critérios de participação, julgamento e habilitação;

V – Verificação da adequação da contratação às disposições da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à eventual participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme limite legal aplicável;

VI – Reserva orçamentária suficiente para cobertura da despesa ao longo da vigência contratual de 30 (trinta) meses;

VII – Designação formal de gestor e fiscal do contrato, com definição clara das atribuições de acompanhamento, controle e registro da execução;

VIII – Definição do cronograma inicial de execução, com alinhamento prévio junto às unidades contempladas;

IX – Verificação da regularidade documental da empresa vencedora, especialmente quanto à licença sanitária, registro do responsável técnico e regularidade fiscal.

### **13.2. Providências para Início da Execução**

13.2.1. Após a formalização do contrato, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

I – Comunicação formal às unidades administrativas quanto ao cronograma de execução;

II – Organização de rotina interna para acompanhamento e arquivamento dos relatórios técnicos emitidos pela contratada;

III – Estabelecimento de procedimento padrão para registro de ocorrências, notificações e eventual acionamento da garantia técnica da execução;

IV – Monitoramento do cumprimento da periodicidade semestral ao longo da vigência contratual;

V – Registro das medições por reservatório atendido por ciclo, garantindo rastreabilidade e controle financeiro.

### **13.3. Capacitação e Estrutura Administrativa**

13.3.1. Não se vislumbra necessidade de capacitação específica de servidores para a execução do objeto, uma vez que a responsabilidade técnica pela prestação dos serviços será integralmente da contratada.

13.3.2. À Administração caberá exclusivamente o acompanhamento, fiscalização e controle contratual, atividades compatíveis com a estrutura atualmente existente.

### **13.4. Suficiência das Providências**

13.4.1. As providências acima elencadas mostram-se suficientes para assegurar:

- Regular processamento da contratação;
- Adequada instrução do procedimento licitatório;
- Execução contratual eficiente e controlada;
- Conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência e economicidade.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

### **14.1. Identificação dos Impactos Ambientais Potenciais**

14.1.1. A execução dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável pode gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados ao uso de produtos químicos saneantes, à geração de efluentes e ao descarte de resíduos.

14.1.2. Os principais impactos ambientais identificados são:

I – Geração de efluentes líquidos decorrentes do esvaziamento e lavagem dos reservatórios;

II – Uso de produtos químicos com potencial de impacto ambiental, caso aplicados de forma inadequada;

III – Geração de resíduos sólidos, incluindo embalagens de produtos saneantes e materiais utilizados na execução;

IV – Consumo de água adicional durante o processo de limpeza;

V – Emissões indiretas decorrentes do deslocamento das equipes técnicas até os locais de execução.

14.1.3. Embora se trate de atividade de baixo impacto ambiental, a execução inadequada pode gerar riscos ao solo, ao sistema de drenagem urbana e aos recursos hídricos.

## **14.2. Medidas Mitigadoras a Serem Adotadas**

14.2.1. Em consonância com as diretrizes da Cartilha de Contratações Sustentáveis da PGE e com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

### **I – Uso de Produtos Regularizados**

A contratada deverá utilizar exclusivamente produtos saneantes devidamente registrados na ANVISA, observando rigorosamente as instruções técnicas de diluição, aplicação e manuseio.

Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizada a utilização de produtos com menor toxicidade e menor potencial de impacto ambiental.

### **II – Destinação Ambientalmente Adequada de Efluentes**

A água resultante do esvaziamento e da lavagem dos reservatórios deverá ter destinação compatível com a legislação ambiental vigente, sendo vedado o descarte irregular em áreas externas, solo exposto ou redes pluviais inadequadas.

A contratada deverá adotar medidas para evitar contaminação do solo ou do sistema de drenagem.

### **III – Gestão de Resíduos Sólidos**

As embalagens de produtos químicos e demais resíduos gerados durante a execução deverão:

- Ser segregados adequadamente;
- Ser acondicionados de forma segura;
- Ter destinação ambientalmente adequada, conforme legislação aplicável.

Sempre que possível, deverá ser priorizada a destinação por meio de logística reversa, quando aplicável.

### **IV – Uso Racional de Recursos Naturais**

Durante a execução dos serviços, deverão ser adotadas medidas para:

- Evitar desperdício de água;
- Otimizar o uso de insumos;
- Reduzir consumo desnecessário de materiais.

### **V – Capacitação Técnica e Boas Práticas**

A contratada deverá manter equipe capacitada quanto:

- À manipulação segura de produtos químicos;
- À prevenção de contaminação ambiental;
- Ao uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- À resposta a eventuais incidentes ambientais.

### **VI – Planejamento Logístico**

Sempre que possível, deverá ser adotado planejamento de rotas e organização das execuções de forma a reduzir deslocamentos desnecessários, contribuindo para diminuição de emissões indiretas.

### 14.3. Avaliação Final

14.3.1. Considerando a natureza do objeto e a adoção das medidas mitigadoras acima descritas, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são:

- Pontuais;
- Controláveis;
- Reversíveis;
- De baixa magnitude.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado conjuntamente pelos agentes públicos responsáveis pelas áreas requisitante e técnica competentes, em conformidade com o art. 3º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, considerando as atribuições funcionais e o conhecimento técnico-operacional relacionados ao objeto da contratação.

15.1.2. Em atendimento ao art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e após a análise estruturada da necessidade administrativa, da delimitação do problema público a ser resolvido, do levantamento de mercado, da avaliação técnica das alternativas disponíveis, da definição da solução mais adequada e da verificação de sua compatibilidade com o planejamento institucional, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável sob os aspectos técnico, jurídico e operacional.

15.1.3. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra de forma motivada a adequação da solução escolhida à mitigação dos riscos sanitários identificados, à preservação da integridade do patrimônio público, à conformidade com a legislação sanitária vigente e à garantia da continuidade das atividades institucionais, evidenciando que a modelagem adotada observa os princípios do planejamento, da eficiência, da prevenção, da gestão adequada de riscos e da supremacia do interesse público.

15.1.4. Declara-se, portanto, a viabilidade da contratação, por se revelar necessária, proporcional, juridicamente fundamentada e adequada ao atendimento do interesse público primário.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELA COUTINHO ALBERTIN**

Divisão de Planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 13:22:30.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(Processo Administrativo nº 023.00014048/2026-93)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, CELEBRADO  
ENTRE A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO  
PAULO**, POR INTERMÉDIO DA **COORDENADORIA DE  
SUPRIMENTOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES** E

.....

O Estado de São Paulo / Procuradoria Geral do Estado de São Paulo., por intermédio da Coordenadoria de Suprimentos e Atividades Complementares, com sede na Rua Pamplona, nº 227, Jardim Paulista., na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 71.584.833/0002-76, neste ato representada pela Coordenadora, **Teresa dos Santos Reimberg**, nomeada pela **Resolução/PGE nº s/n**, de 28. de setembro de 2025, publicado(a) no DOE de 29 de setembro de 2025, inscrita no CPF sob o nº 289.504.188-19, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº .../...**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável situados nos prédios da Sede e da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MANUTENÇÕES EM 30 (TRINTA) MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável	13595	Unidade	06		

	- Capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado					
<b>2</b>	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável - Capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06		
<b>3</b>	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água Potável - Capacidade de 40.000 (quarenta mil litros) cada - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06		
<b>4</b>	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água Potável - Capacidade de 14.000 (catorze) mil litros) cada – Procuradoria de Procedimentos Disciplinares	13595	Unidade	06		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço unitário*.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.*

2.1.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*

2.1.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.1.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*

*I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou*

*II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.*

2.1.8. *Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 24/04/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **um mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **um mês** contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;*

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*

a. *O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);*

(3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica

sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade: 00001;*

II. *Fonte de Recursos: 150010001;*

III. *Programa de Trabalho: 03.092.4001.5843.0000;*

IV. *Elemento de Despesa: 339039*

V. *Plano Interno: 000.000.0100*

VI. *Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma)** **via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO III****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****PREGÃO ELETRÔNICO: 90014/2026**

**OBJETO:** Contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável situados nos prédios da Sede e da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE MANUTENÇÕES EM 30 (TRINTA) MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável - Capacidade de 50.000 (cinquenta mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06		
2	Manutenção / Higienização de 1 (um) Reservatório de Água Potável - Capacidade de 35.000 (trinta e cinco mil litros) - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06		
3	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água Potável - Capacidade de 40.000 (quarenta mil litros) cada - Sede da Procuradoria Geral do Estado	13595	Unidade	06		
4	Manutenção / Higienização de 2 (dois) Reservatórios de Água Potável - Capacidade de 14.000 (catorze) mil litros) cada – Procuradoria de Procedimentos Disciplinares	13595	Unidade	06		

✓ *Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.*

*(Local e data)\**

\_\_\_\_\_  
*Nome/assinatura do representante legal)\**

*Nome da Empresa:\**

*CNPJ: \**

*Endereço:\**

*Endereço Eletrônico:\**

*Telefone\**

**(\*Informações obrigatórias)**

**ANEXO IV**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO IV.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

*a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

*b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

*(Local e data).*

\_\_\_\_\_  
*(Nome/assinatura do representante legal)*

## **ANEXO IV.2**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / \_\_, Processo nº \_\_\_\_ / \_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*

### **ANEXO IV.3**

#### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)